

# Um país dominado pelo desânimo

**CONJUNTURA** O marasmo atinge o comércio e a tendência do emprego muda, enquanto o governo tenta recuperar a confiança

POR LUIZ ANTONIO CINTRA

O BANCO CENTRAL acompanha, “vigilante”, o andamento dos preços, o que significa dizer que atende à expectativa do sistema financeiro e elevará ainda mais a taxa básica de juros, hoje em 8,5% ao ano. As concessões vão precisar de tempo para sair do papel e não há possibilidade de elas afetarem de forma positiva o ritmo do PIB deste ano, cujas revisões mais recentes apontam para um patamar de crescimento próximo de 2%. As desonerações fiscais chegaram ao limite, como reconheceu o ministro da Fazenda, Guido Mantega, que finalizava na quinta-feira 18 uma nova rodada de cortes dos gastos públicos. Em nome do combate à inflação e da recuperação da confiança dos agentes econômicos, a opção é manter a economia em banho-maria, apesar da estimativa de alta do desemprego nos próximos meses.

Trata-se de um marasmo poucas vezes visto na história recente do País, segundo analistas experientes. “Não há exemplo de uma sucessão de tantos meses em que o varejo permaneceu em uma condição de tão baixo crescimento como na primeira metade deste ano”, anotou o economista Júlio Sérgio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica e professor do IE-Unicamp. O varejo restrito, que não considera veículos, autopeças e

material de construção, oscilou, entre janeiro e maio, respectivamente, 0,1%, menos 0,1%, zero, zero e 0,2%. Ou seja, não saiu do lugar. “O varejo não vinha bem, piorou em maio e é provável que piore ainda mais com a queda de vendas decorrentes das manifestações de junho.” Houve, diga-se, um avanço modesto nas vendas de alimentos e bebidas nas redes de supermercados em maio.

**Segundo Almeida**, a letargia tem relação direta com a alta dos alimentos verificada nos últimos meses de 2012 e no início deste ano, de até 15% em bases anuais de comparação. A escalada levou a um “doloroso ajuste” na compra de bens manufaturados.

Pelo visto nos últimos meses, Dilma Rousseff decidiu seguir a trilha sugerida pelo economista Yoshiaki Nakano, para quem a saída do atual impasse econômico passa por mais cidadãos desempregados no País, o que tiraria o fôlego dos sindicatos nas negociações salariais. “Basta que as pessoas percebam que as condições de emprego não estão tão favoráveis, as demandas de alta de salário e de exagero de consumo vão diminuir para patamares razoáveis”, afirmou o economista. A afirmação, feita logo após a primeira rodada de elevação da Selic, de 0,25 ponto percentual, foi acompanhada da sugestão para o BC ampliar a dose da alta dos juros, o que de fato ocorreu em seguida. A proposta de Nakano, contudo, é o desemprego avançar pouco, dos atuais 5,7% para cerca de 6%.

Em artigo recente, os economistas Luiz Fernando de Paula, da Uerj, e André Modenesi, da UFRJ, trataram de identificar o entrave do crescimento pretendido para 2013, que em janeiro andava próximo de 3,5%, segundo as projeções do Ministério da Fazenda. A análise compara o período atual com aquele após o estouro da crise internacional, em 2008 e 2009, quando a política econômica anticíclica deu conta de reativar o PIB.

A situação crítica na Zona do Euro, dizem os economistas, afetou fortemente



FOTOS: GIVALDO BARBOSA/AG. O GLOBO E EDUARDO KNAPP/FOLHAPRESS



Cinco meses de marasmo no comércio

o preço de commodities importantes da pauta brasileira de exportações, destaca para o minério de ferro enviado à China. Além disso, o coeficiente de importações da indústria brasileira cresceu entre uma fase aguda e outra, de 17%, no primeiro momento, para 22% no primeiro trimestre de 2012, apesar da alta de 25% do dólar no período.

**Com a produção** industrial estagnada desde 2010 e o avanço do comércio, o resultado foi a rápida redução do superávit comercial e o aumento do déficit em conta corrente do País, o conjunto de transações da economia brasileira com o exterior. “Ou seja, os estímulos dados à demanda vazaram para o exterior.”

As famílias estão hoje mais endividadas do que estavam em 2008, e a inadimplência maior. Os bancos privados reduziram seus empréstimos, movimento que começa a afetar também as instituições

## Brasília aposta na queda da inflação e nas concessões em infraestrutura

públicas, que na primeira rodada da crise tiveram papel fundamental para reativar a atividade econômica. “Enquanto a resposta à crise do Lehman Brothers envolveu um conjunto rápido de desonerações fiscais importantes e de expansão de despesas, a resposta à crise do euro ocorreu apenas a partir do segundo semestre de 2012, e enviesada na direção de desonerações fiscais, muitas das quais sem efeito claro sobre a atividade econômica”, apontam os economistas. E às desonerações

fiscais mais recentes faltaram “coordenação e consistência”. Outro problema foi a falta de clareza na condução das contas públicas, destaque para a “contabilidade criativa” para manter o superávit primário em um nível confortável.

Diante de tal cenário, a presidenta Dilma Rousseff foi cautelosa na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, na quarta-feira 17. Dilma sustentou que a inflação seguirá abaixo do teto da meta, de 6,5% ao ano. E atacou as análises mais pessimistas. “O pacto pela robustez fiscal limita qualquer tentação de populismo fiscal. Só podemos gastar aquilo de que dispomos para gastar”, afirmou. E fez uma defesa enfática da ampliação dos gastos em educação para garantir uma trajetória sustentável de longo prazo à economia brasileira.

No curto prazo, o governo reavaliou a estimativa de geração de empregos neste ano, de 1,7 milhão de vagas, para 1,4 milhão. •

